

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela - CIMBSE

Conselho Intermunicipal

ATA n.º 07/ 2023

Aos dezoito dias do mês abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas 14h30, nas instalações da CIMBSE, Praça Luís de Camões, 45, 6300-725 Guarda, realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – CIMBSE, com os representantes dos seguintes Municípios que integram a CIMBSE: -----

Município de Almeida, representado pelo Presidente da C.M. António José Monteiro Machado; --

Município de Belmonte, representado pelo Presidente da C.M. António Pinto Dias Rocha; -----

Município de Celorico da Beira, representado pelo Presidente da C.M. Carlos Manuel da Fonseca Ascensão; -----

Município da Covilhã, representado pelo Presidente da C.M. Vítor Manuel Pinheiro Pereira; -----

Município de Figueira de Castelo Rodrigo, representado pelo Presidente da C.M. Carlos Manuel Martins Condesso; -----

Município de Fornos de Algodres, representado pelo Presidente da C.M. António Manuel Pina Fonseca; -----

Município do Fundão, representado pelo Presidente da C.M. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes; -----

Município de Gouveia, representado pelo Presidente da C.M. Luís Manuel Tadeu Marques; -----

Município da Guarda, representado pelo Presidente da C.M. Sérgio Fernando da Silva Costa; ---

Município de Manteigas, representado pelo Presidente da C.M. Flávio Miguel Tacanho Massano;

Município da Mêda, representado pelo Presidente da C.M. João Germano Mourato Leal Pinto; ---

Município de Pinhel, representado pelo Presidente da C.M. Rui Manuel Saraiva Ventura; -----

Município do Sabugal, representado pelo Presidente da C.M. Vítor Manuel Dias Proença; -----

Município de Seia, representado pelo Presidente da C.M. António Luciano da Silva Ribeiro; -----

Município de Trancoso, representado pelo Presidente da C.M. Amílcar José Nunes Salvador; ---

Estiveram também presentes nesta reunião a Vereadora da C.M. da Guarda, Diana Monteiro, o Vice Presidente da C.M. de Trancoso, Eduardo Pinto, o Prof. João Leitão da Universidade da Beira Interior (UBI) e o Primeiro-secretário Executivo da CIM-BSE, António Miraldes, que secretariou a reunião. -----

Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Intermunicipal, Luís Manuel Tadeu Marques, declarou aberta a reunião, pelas 14h45, agradecendo a presença de todos. -----



h
M

I – ORDEM DO DIA -----

1 – Assuntos agendados: -----

1.1 Análise, discussão e posicionamento sobre o enquadramento, definição e estrutura do Plano de Ação da CIMBSE no âmbito do PO Regional do Centro – ITI CIM; -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal começou por dar a palavra ao Primeiro-secretário Executivo, António Miraldes que solicitou autorização para gravar a reunião apenas para efeitos de apoio à redação da ata. Todos os presentes se manifestaram a favor da gravação. -----

Seguidamente, o Primeiro-secretário Executivo informou os presentes que o objetivo da reunião decorreu da necessidade de analisar, discutir o enquadramento, definição e estrutura do Plano de Ação da CIMBSE no âmbito do PO Regional do Centro – ITI CIM. -----

Foi dada a palavra ao Prof. João Leitão que fez um ponto da situação sobre o assunto, constatando que há um desequilíbrio na distribuição das opções de investimento apresentadas pelos municípios, o que obriga a uma reformulação da proposta de trabalho apresentada, na sua opinião, a que seja dada uma maior atenção aos projetos intermunicipais. Passou a apresentar um quadro resumo das propostas dos municípios e fez uma análise geral e preliminar da distribuição das opções identificadas. Assinalou o facto de que, depois de introduzidos as propostas de cada município, o peso atribuído nas opções de investimento não variou e constatou assim um desequilíbrio que, na sua opinião, obriga a uma opção estratégica de projetos intermunicipais. --
Relembrou, no seguimento da análise, que nos eixos estratégicos definidos para o Plano Estratégico da CIMBSE foi identificada como prioridade a criação de ecossistemas urbano-rurais e a inovação social. Estes aspetos, diferenciadores no plano estratégico, podem criar condições de vida em moldes alternativos no espaço da CIMBSE e considerou, por isso, importante valorizar aqueles eixos e que se possa dedicar-lhes investimento. -----

Seguidamente, os senhores Presidentes fizeram as suas intervenções no sentido de afinar as propostas identificadas e explicar as perspetivas e estratégias de cada município. -----

O Presidente do Município do Fundão, Paulo Fernandes, referiu que as propostas submetidas e enviadas pelo seu município, não foram ainda objeto de seleção, mas sim meramente submetidas para se observar a noção de alinhamento com os outros municípios e com o objetivo de uma posterior triagem. No caso do seu município, apresentou uma análise dos investimentos e apontou o foco para os projetos que possam ser apresentados fora da contratualização, em rede ou de forma intermunicipal. Considerou ser importante apostar nas zonas industriais e espaços físicos de atração de empresas e empreendedores, para que o Plano de Revitalização da Serra da Estrela tenha um grande acento tónico na atividade económica e na diversificação na atração da atividade

económica. Referiu também ser importante valorizar o material para a Proteção Civil e anteviu um investimento avultado nessa área, por razões que considerou óbvias. -----

O Presidente do Município do Fundão sublinhou, ainda, que a Revitalização da Serra da Estrela e a Mobilidade Urbana devem ser um projeto conjunto, apostando também na pesquisa de outras fontes de investimento. -----

No seguimento da sua análise, deixou a dúvida sobre o conceito de “Equipamentos sociais” e a sua abrangência e concluiu a sua intervenção dizendo que edifícios escolares, de saúde primária, mobilidade, proteção civil e a agenda do empreendedorismo dos parques industriais são componentes que devem ser apresentados noutros apoios que não apenas o ITI-CIM. Fazendo essa triagem, considerou importante perceber que valores é que efetivamente estão disponíveis na contratualização. -----

Seguidamente, tomou da palavra o Presidente do Município de Pinhel, Rui Ventura, que referiu, em relação aos materiais da Proteção Civil que, na sua perspetiva, deve ser uma estratégia intermunicipal e não uma estratégia individualizada de cada um dos municípios. Por esse motivo, não apresentaram propostas nessa área e, pela mesma razão, também não apresentaram propostas para os resíduos. Considerou que deve existir uma estratégia concertada para a CIM, focada em projetos âncora. -----

O Presidente do Município da Guarda, Sérgio Costa, concordou com o anteriormente referido, em relação à contratualização (ITI-CIM) que se pode fazer extra ITI-CIM, ou seja, pelo Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, ou pelo Fundo Ambiental. Considerou também existirem áreas que devem ser tratadas num espírito CIM, sejam as escolas, a saúde, a proteção civil ou os resíduos e que é importante que a equipa técnica possa fazer essa separação e perceber onde é que cada município pode fazer o seu foco de investimento por forma a haver uma majoração de fundos. -----

O Primeiro-secretário Executivo apresentou um quadro resumo com a informação dos valores executados e aprovados no PT2020, com reporte a 31 de dezembro de 2022, bem como os projetos do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial que cada município contratualizou no âmbito da CIM, em 2015, ambos para referência. -----

Em resposta à dúvida apresentada pelo Presidente do Município do Fundão, foi referido que os equipamentos sociais são aqueles que promovem o apoio à infância e ao envelhecimento e são excluídos os que promovem institucionalização de utentes. -----

O Presidente do Município do Fundão referiu que seria necessário identificar pré-critérios de distribuição de projetos de âmbito CIM ou de âmbito Municipal e, em paralelo, clarificar critérios para a distribuição dos valores, seja considerando algum valor de distribuição de forma

hah
my
f

homogénea ou outros valores de distribuição com critérios de proporção. Seja quais forem os critérios, o Presidente do Município do Fundão considerou importante observar e refletir sobre os critérios aplicados em anos anteriores. -----

O Presidente do Município de Pinhel, Rui Ventura, referiu que a maioria dos municípios, no PDCT ficaram com a indicação de serem compensados, situação que não ocorreu, e por isso, deve haver agora alguma consideração e solidariedade para com esses municípios na construção do ITI-CIMBSE. -----

O Primeiro-secretário Executivo apresentou um quadro de análise de vários cenários possíveis tendo por base diferentes critérios para a distribuição dos apoios para cada município, salientando que se tratou meramente de um exercício para reflexão e discussão. -----

O Presidente do Município de Pinhel, Rui Ventura, considerou que deveria haver uma solidariedade/disponibilidade dos municípios que beneficiam do PEDU, pois deviam de abdicar de uma verba para os municípios que tiveram PARU. -----

O Presidente do Município do Fundão, Paulo Fernandes, sugeriu outras variantes que se podem ter em conta, pois o capital político é diferente e importa refletir sobre verbas que são "certas" ou "incertas". Considerou, pois, que esse parâmetro deve fazer parte da equação para selecionar critérios. Afirmou haver municípios com maior dimensão que, geralmente, têm maior capacidade de execução, os quais podem tentar apoios contratualizáveis fora do pacto. Os municípios de menor dimensão têm de se valer da contratualização e da capacidade própria. Concluiu assim, afirmando que, para além do princípio da coesão e do princípio da proporcionalidade, seja tido em conta o princípio a que chamou de "princípio da previsibilidade" na discussão dos critérios. -----

O Presidente do Município de Seia, Luciano Ribeiro, lembrou que, na questão das escolas, o facto de ser intenção da CCDRC, incluir no ITI-CIM, de ser a porta única para as questões da descentralização. -----

O Presidente do Município de Manteigas, Flávio Massano, referiu a necessidade de conhecer os projetos que a CIM vai ter como estratégia e perceber qual é o valor disponível. Só depois disso e consoante esses dados, cada município deverá escolher as suas prioridades. -----

O professor João Leitão referiu que baseou o exercício de distribuição das verbas segundo os critérios de população e área, considerando a população como um indicador de desempenho dos municípios. Saliou, ainda, que o princípio da solidariedade deve ser tido em conta havendo a questão fundamental de que, depois de carregadas as opções de investimento, embora não sendo definitivas, a visão geral dos projetos e investimentos não mudou ao longo do exercício de investigação. O professor João Leitão referiu ainda que, estrategicamente, deverá ser decidida a

verba a alocar aos projetos intermunicipais e depois decidir qual a forma de compensação, que deverá existir, e a sua ponderação com outros critérios para se alcançar um limite de convergência. Concluiu referindo não se tratar de fazer uma aplicação meramente proporcional e que são os municípios que devem indicar os critérios de aplicação e não a equipa técnica que apoia a análise das candidaturas. -----

O Presidente do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, Carlos Condesso, concordou com o que foi referido pelo Professor João Leitão, e que é do conhecimento de todos, que os municípios com menos habitantes têm menos investimento, até porque têm menos capacidade de realizar esse investimento. Afirmou que o pedido de carregar opções de investimento em cada concelho, para esta reunião foi efetuado, pelo que propôs que se começasse a discutir os projetos estruturantes intermunicipais e que valor lhes atribuir, tendo em atenção a solidariedade que se deve aos municípios menos desenvolvidos e a atenção devida aos municípios que executaram no último quadro comunitário. -----

O Primeiro-secretário Executivo mostrou uma tabela onde apresentou potenciais projetos intermunicipais bem como os eixos do Plano de Ação onde a CIMBSE poderia apostar. Os potenciais projetos foram analisados e debatidos com a direção do Conselho Intermunicipal. -----

O Presidente do Município do Fundão, Paulo Fernandes, referiu que seria positivo apostar na dimensão transfronteiriça. Sugeriu criar uma estrutura de reflexão para se fazer uma candidatura na área das regiões ultraperiféricas transfronteiriças que possa trazer recursos e capacitação para sermos mais capazes e focar a nossa história também no impacto demográfico. -----

Depois de analisados e discutidos várias possibilidades de projetos Municipais e Intermunicipais, o Primeiro-secretário Executivo, em forma de conclusão, solicitou aos municípios que ainda não fizeram chegar a informação solicitada (projetos Municipais), que o façam para se concluir o exercício de proposta de distribuição das verbas. Solicitou ainda aos municípios que já enviaram as informações que procedam a reajustes, se assim o entenderem, e que façam chegar essas informações, até final do corrente mês. -----

O Primeiro-secretário Executivo sugeriu também a realização de uma reunião extraordinária para se fazer uma apresentação deste trabalho de reformulação e se avançasse para o passo seguinte de definição dos critérios. Informou que é necessário apresentar à CCDRC, um esboço bastante consolidado e fundamentado e seria importante haver já uma decisão e deliberação na próxima reunião. -----

O Conselho tomou conhecimento. -----

1.2. Outros assuntos.



O Presidente do Conselho Intermunicipal questionou os presentes quais os assuntos a debater/discutir. Não havendo propostas de assuntos, o Presidente do Conselho Intermunicipal deu por encerrado este ponto. -----

ENCERRAMENTO -----

Pelas 18:30h, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMBSE declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai por si assinada. -----

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES -----

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação. -----

DOCUMENTOS ANEXOS -----

Os documentos mencionados na presente ata ficam juntos como anexos e fazem dela parte integrante. -----

O Presidente do Conselho Intermunicipal



Luís Manuel Tadeu Marques

O Primeiro-secretário Executivo



António José Dinis Miraldes